

Sob o olhar de uma estrangeira: gênero e Independência do Brasil no diário de Maria Graham

Camila Assis Lemes (Unespar/FAFIPA)

O século XIX representou um período de grandes mudanças e progressos na Europa em decorrência das Revoluções Francesa e Industrial. No entanto, o século que fomentou grandes avanços representou um retrocesso em relação aos direitos e à liberdade das mulheres. O pensamento igualitário presente no seio da Revolução Francesa não se estendia ao gênero feminino, e de modo geral, os homens da Revolução não se interessavam pela sorte de suas companheiras.

Mesmo não possuindo um espaço amplo, tendo variado sua participação no campo político revolucionário, as mulheres também apresentavam suas reivindicações, que poderiam se resumir basicamente em dois campos: direitos civis e cidadania política, direitos que não lhes foram garantidos na *Declaração dos Direitos do Homem*, devido à justificativa de que as mulheres apresentavam uma “inferioridade fisiológica, moral e intelectual.” (SOUZA, P.116) Baseados nesta dita superioridade masculina, os filósofos iluministas concordavam que as mulheres deveriam ficar sob a tutela do seu pai ou do marido.

Assim, observa-se a *Teoria das Esferas* discutida por Michelle Perrot em seu livro “*As mulheres ou o silêncio da história*”. Essa teoria implica na divisão sexual do mundo de modo a organizar racionalmente a complementaridade dos papéis das mulheres e dos homens na sociedade, definindo a vocação “natural” dos gêneros na ideia da utilidade social. Assim, houve o estreitamento do espaço feminino; o discurso era de que a mulher deveria se restringir à esfera privada, às tarefas domésticas; ao homem caberia o espaço público, o papel de provedor da família. Partindo desse pressuposto a educação feminina deveria ser voltada para o lar e para os valores da maternidade.

Joan Scott, uma das principais teóricas no estudo de gênero como categoria para análise histórica, tem em sua concepção que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1996, p. 11)

10.4025/6cih.pphuem.483

Assim, Scott estabelece noções que devem ser colocadas para o estudo de gênero. Considera, nestes termos, a importância de se trabalhar, juntamente com o estudo de gênero, classe social e etnia/raça. Para se compreender o papel social da mulher a conceituação desses termos torna-se indispensável. As sugestões de Joan Scott no que tange à utilização do gênero como categoria de análise são elementares:

Os (as) historiadores (as) devem, preferivelmente, examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. (SCOTT, 1996, p.12)

No que diz respeito ao Brasil do século XIX, ou seja, uma sociedade escravocrata, patriarcal, uma sociedade onde o direito a cidadania era concedido a uma parcela ínfima da população e em processo de descolonização, alguns aspectos merecem ser pontuados. A transferência da corte portuguesa e a abertura dos portos em 1808 transformaram o cenário brasileiro, mas principalmente o Rio de Janeiro. As novas necessidades da cidade (burocracia e estrutura física), as novidades de produtos e de consumo (das diversões à indumentária) influenciaram profundamente a rotina da cidade. As primeiras faculdades foram criadas, surgiram teatros e foi fundada a Biblioteca Real, que contava com um grande acervo de obras trazidas na bagagem da Corte portuguesa. O Brasil especialmente o Rio de Janeiro sofreu, paulatinamente, a influência do estilo de vida europeu. A imprensa foi inaugurada e com a circulação de matérias impressos, o Brasil passou a ter efetivamente um mercado editorial; as salas de leitura, as reuniões públicas, os salões da elite letrada incrementaram a entrada ideias modernas e liberais no país.

O trânsito de estrangeiros tornou-se intenso: representantes governamentais, comerciantes, artistas e naturalistas, proporcionavam uma aproximação mais efetiva com artigos, modas e ideias europeias. Além de trazer em suas bagagens inovações e notícias vindas da Europa, alguns estrangeiros escreveram acerca de suas experiências de viagem.

A literatura de viagem foi tratada pela historiografia de formas diferentes pelos intelectuais brasileiros, ora ridicularizada, consideradas inadequadas à realidade,

10.4025/6cih.pphuem.483

ora mal recebidas por conta da inclusão das camadas populares, uma visão identificada com a cultura europeia, elitizada. A esse respeito Miriam Moreira Leite escreve que:

Apesar dessas diferentes reações, os viajantes foram responsáveis por uma série de representações, que se incorporaram à historiografia do século XIX, possivelmente por reforçarem as representações nacionais. (LEITE, 1981, p.31)

Na obra *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*, Miriam Moreira Leite realiza um levantamento de relatos de viajantes que passaram pelo Brasil no século XIX, entre eles o de Maria Graham, e que testemunharam a condição da mulher em diferentes círculos sociais. Podemos destacar aqui as noções de classe e raça/etnia que Joan Scott traz como sendo imprescindíveis para os estudos de gênero. Miriam Leite, ao organizar os relatos de diferentes viajantes em espaços distintos da sociedade brasileira, demonstra que eles depositavam nesses relatos sua visão de mundo, sua bagagem cultural. O mesmo pode ser observado no diário de Graham. Assim, o diário de Maria Graham permite verificar e problematizar o Brasil do século XIX, tendo como foco principal de análise a condição feminina nesse período. Considerando, para tanto, as noções estabelecidas por Joan Scott.

Graham desembarcou no Brasil, como escreve Isadora Silva (2009) como escritora profissional e consagrada, com experiência em literatura de viagem, visto que já havia publicado anteriormente na Europa dois diários de viagens. Assim, ao escrever seu diário é perceptível que Graham possuía a intenção de publicá-lo, conforme o trecho ilustrativo em que ela escreve: “Para melhor compreensão dos acontecimentos políticos de que fui testemunha ocular, julguei necessário antepor o seguinte esboço da História do Brasil ao meu diário viagem” (GRAHAM, p.23)

Ou seja, no início de sua escrita Graham faz uma breve explanação acerca da História do Brasil, grande parte extraída de Robert Southey, historiador britânico que publicou entre 1810 e 1819 a primeira história geral Brasil, pois a autora informa o leitor sobre a história do Brasil, contextualiza os acontecimentos sobre o Brasil que encontrou em sua viagem. Também na segunda parte do diário ela dá indícios da intenção em publicar seu *Journal*: “Trouxe este exemplar de meu diário com folhas

em branco intercaladas, visando dois objetivos: primeiro corrigir a obra fazendo-lhes modificações, e, depois usá-lo como um jornal de minha segunda viagem ao Brasil.” (GRAHAM, 1990, p. 400)

Assim, Graham escreve um diário para os europeus; era o olhar de uma europeia acerca da vida, costumes e peculiaridades encontrados no Novo Mundo. Dessa maneira, ela observa as paisagens, os costumes, as formas de sociabilidades da população encontrada e remete juízos de valor e opiniões peculiares e moldados pela visão de uma estrangeira.

Maria Graham fez parte de um restrito grupo de mulheres estrangeiras que narraram suas experiências em terras estranhas, tornando-se, assim, viajantes-autoras. Entretanto, a relação com a família real portuguesa e os lugares por ela frequentados nos mostra que Graham não se apresentou como uma mera viajante e gozava, assim, de privilégios que outros estrangeiros e, principalmente, mulheres não possuíam:

[...] tanto ontem quando hoje, fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado, qualquer livro que peço me é trazido ali e tenho pena, tinta e papel na mão para tomar notas. Isso é uma gentileza e uma atenção a uma mulher e estrangeira para a qual não estava preparada. (GRAHAM, 1990, p.359)

E assim, Graham não irá somente observar e relatar os acontecimentos do Brasil, mas se tornaria, também, personagem da história do Brasil, como pode ser observado em considerando a sua relação com a Imperatriz Leopoldina. Ao retornar ao Brasil, após uma estadia no Chile, Maria Graham, que então se encontrava na condição de viúva, escreve à Imperatriz Leopoldina pedindo-lhe proteção, isso mostra a relação de Graham com a elite local:

Quanto a mim, embarquei com meu marido em busca do Pacífico na fragata Dóris, que ele tinha a honra de comandar. Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar à Europa. É, pois, como estrangeira e como viúva que queria colocar-me especialmente sob a proteção de sua Augusta e

Amável Imperatriz) . Tendo a honra de ser sua humilde e obediente criada.
(GRAHAM, 1990, p. 274

Acerca dessa relação observamos ainda:

Agora, porém, como Lady Amherst requereu uma audiência a sua Majestade Imperial, marcou-se para isso o dia depois de amanhã, e eu recebi uma comunicação de que seria recebida no mesmo dia, já que a Imperatriz não deseja receber nenhuma estrangeira antes de mim.
(GRAHAM, 1990, p.300)

Maria Graham apresentava-se como uma mulher atípica ao modelo feminino idealizado no século XIX às mulheres de elite, contudo, nota-se que ela assimilou tal ideia, ou seja, de que havia espaços e papéis adequados ao gênero feminino. Como fica evidente neste trecho: (...) nem o meu sexo, nem minha situação me permitiram informações especiais relativas aos acontecimentos políticos de um país (GRAHAM, p.81) Ainda a esse respeito, Graham reclama da impossibilidade das mulheres assistirem às reuniões da primeira Assembleia Constituinte pós independência, por esse ser considerado um espaço exclusivamente masculino: “Acho muito aborrecido que as senhoras não possam assistir às reuniões da Assembleia. Sei que não há qualquer proibição formal, mas a coisa é considerada tão inadmissível que não posso ir” (GRAHAM, p.320). Portanto, no nível dos costumes, para além de uma legislação que formalizasse tal situação, não era adequado a uma mulher frequentar tal espaço.

Assim, observa-se que a abertura para o espaço público era maior para as mulheres negras, escravas ou forras, do que para as mulheres da elite. Um bom exemplo pode ser localizado na observação feita no contexto do primeiro desembarque no Brasil. A fragata Dóris encontrava-se desde meados de setembro de 1821 na costa pernambucana e cerca de vinte dias depois Graham escreve: “A festa de São Miguel fez sair as mulheres portuguesas, das quais não havíamos visto ainda uma só passar pelas ruas. (GRAHAM, p. 141). Dessa forma, parece incomum o trânsito de mulheres da elite no espaço público, e quando isso acontecia era em decorrência de eventos religiosos vinculados ao catolicismo.

Ainda sobre as mulheres da elite, Graham tece comentários expressando ideias e juízos de valor próprios. Como no trecho abaixo em que ela analisa a aparência e a indumentária das mulheres portuguesas:

(...) dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrehado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho. (GRAHAM, p. 168-169)

Maria Graham escreve ainda:

Essa tarde (22 de outubro) houve uma grande reunião social tanto de portugueses quanto de ingleses na casa do cônsul. Nas mulheres bem vestidas que vi a noite tive grande dificuldade de reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia. As senhoras estavam todas vestidas á moda francesa: corpete, *fichu*, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de joias. As inglesas, porém, ainda que quase de segunda categoria, ou mesmo de nobreza colonial, arrebutaram o prêmio de beleza e da graça, por que afinal os vestuários, ainda que elegantes quando não são usados habitualmente, não fazem senão embaraçar e estorvar os movimentos espontâneos e, como nota Mademoiselle Clarion “para poder representar de fidalga em público, é preciso que a mulher o seja na vida privada” (GRAHAM, p. 175-176)

Assim, dentro da sua concepção de civilidade, elegância e moda, as mulheres brasileiras estavam descoladas desse ideal do qual parte sua observação. Como uma inglesa letrada, que esteve no Brasil acompanhada do marido em missão oficial, Graham defende ideias abolicionistas, muitas vezes de forma emotiva: “[...] uma vez que se admite o tráfico, não se admira que o coração se torne duro para os

10.4025/6cih.pphuem.483

sofrimentos individuais dos escravos.” (GRAHAM, p.186). Já no Rio de Janeiro, quando encontrava-se estabelecida na cidade, ela escreveu:

Sai antes do almoço em companhia de um carpinteiro negro como guia. Este homem de alguma instrução, aprendeu seu ofício de modo a não ser só um bom carpinteiro, mas também um razoável marceneiro. Em outros assuntos revela uma rapidez de percepção que não dá fundamento à pretendida inferioridade da inteligência negra. (GRAHAM, p.239)

Dessa maneira, é perceptível ao longo da escrita da inglesa a posição dela em relação à abolição da escravatura. Assim, é notável que Graham se posicionasse contrária à escravidão visto que ele se apresentava como voz do imperialismo inglês.

Percebemos, assim, que o diário da viajante é importante e muito utilizado pela historiografia. Diversos autores se valem dos escritos da inglesa Maria Graham como fonte histórica para compreender o processo que levou à Independência. E, através da leitura do diário de Maria Graham e de análise historiográfica, pudemos ampliar nosso rol de discussão e, assim, entender as relações de gêneros presentes no século XIX no processo de independência do Brasil. Graham nos mostra, também, na visão de uma estrangeira intelectualizada, os acontecimentos anteriores da Independência política, assim como os ocorridos após sua proclamação no ano de 1822, expondo que não foi um processo fácil, que gerou muitos conflitos e guerras para que pudesse acontecer, isso em decorrência da Revolução do Porto.

Desse modo, com a queda de Napoleão, os países invadidos pelos exércitos franceses tentavam se reestruturar política e economicamente. Assim, em 1820, eclode a Revolução do Porto, que, entre outras exigências, pedia o retorno da Coroa portuguesa e a instauração de uma assembleia constituinte. Logo as notícias dos acontecimentos em Portugal chegaram ao Brasil, gerando uma grande divergência de ideias a favor e contra as medidas pretendidas, pois “os brasileiros perceberam que o movimento de 1820 não era só liberal, mas também ‘recolonizador.’” (BARRETO, 2003 p.176). Essa situação chocava-se com os

interesses principalmente das elites do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois havia se acostumado com as liberdades e os privilégios de ser a sede do Governo.

Os acontecimentos em Portugal iriam desencadear o processo de Independência do Brasil. Conforme aponta Basile (1990, p. 192), “se um ideal de liberdade, ainda que difuso e regional, já se desenvolvia em certas províncias brasileiras, foi, todavia, um movimento ocorrido em Portugal que veio a precipitar os acontecimentos no sentido da potencialização deste ideal.”

Assim, Maria Graham foi parte de um reduzido grupo de mulheres viajantes que visitaram o Brasil na primeira metade do século XIX; e ainda mais reduzido foi número de relatos publicados no mesmo período.

Contudo, a escrita de Maria Graham permaneceu por muito tempo desconhecida da grande maioria da população brasileira visto que o original de seu diário foi publicado na Inglaterra em 1824 e sua tradução para o português foi publicada apenas em 1956, com tradução de Américo Jacobina Lacombe, ou seja, por mais de um século os escritos de Maria Graham sobre o Brasil ficaram longe do grande público, exceto aos intelectuais e historiadores que tinham acesso aos originais.

O *Journal* de Graham tornou-se importante fonte para a historiografia sobre o Brasil, tanto para a compreensão do processo que culminou com a nossa independência política, quanto no que diz respeito aos costumes da sociedade brasileira do período. No caso da nossa pesquisa, o diário de Maria Graham serviu como fonte para a problematização da condição das mulheres brasileiras e para estudo a respeito das relações de gênero no Brasil em processo de europeização.

Logo, a leitura Graham realiza acerca das mulheres nos leva a uma maior compreensão da condição feminina no século XIX, assim a autora observa os comportamentos e os espaços permitidos às mulheres, indicando que elas possuíam uma abertura pública ínfima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, Célia de Barros. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico e o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 75-114.

10.4025/6cih.pphuem.483

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 188-245.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Edusp, 1990.

LEITE, Miriam Moreira (org.) **A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

SILVA, Isadora Eckardt. **O viés político e histórico de Maria Graham em Diário de uma viagem ao Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. 169 p. Tese (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: *SOS CORPO: gênero e cidadania*. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3ª edição. Recife, abril de 1996.

SOUZA, Itamar de. A mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. **Revista da FARN**, Natal, vol.2, no.2, p. 111-124, jan/jul. 2003. p.111-124.